

O “TIPO BURGUEÊS” E O PENSAMENTO ORGANIZACIONAL

Fernando G. Tenório (EBAPE-FGV)¹

Resumo

O presente texto pretende aproximar o pensamento do filósofo Leandro Konder dos debates contemporâneos no entorno das teorias organizacionais. Parece ser que os quadros gerenciais sofrem de uma síndrome comportamental cujos sintomas são originados nos procedimentos e sentimentos dos donos do capital ou daqueles que ocupam posições de mando nos níveis estratégicos das organizações. Assim, os fundamentos epistemológicos que referenciam o pensamento organizacional desde o taylorismo ao toyotismo, são germinados numa sociedade cujo vetor de transcendência a mesma sociedade é o mercado que ao cultivar a conduta burguesa, estimula os mandos intermediários, o pequeno-burguês, a agirem de acordo com os seus padrões não só de consumo como de atitude. Os fundamentos epistemológicos adotados e transmitidos através das teorias organizacionais, não são capazes de auto-identificar o pequeno-burguês como trabalhador, como um contratado, como alguém que vende a sua força de trabalho a outrem, seja ao capital, ao Estado ou a qualquer tipo de sistema socialmente organizado. O cumprimento de metas, de resultados, de melhoria da produtividade, não é mais privilégio dos sistemas organizacionais dedicados ao mercado, o valor de uso também faz parte da cultura gerencial daquelas instituições originalmente destinadas ao ensino e à pesquisa, ou seja, reproduzem o tipo burguês também nesses espaços.

Palavras-chave: burguesia, epistemologia, mercado, tecnocrata, teorias organizacionais.

1. Introdução

A inspiração para redação deste capítulo é o Professor Leandro Konder por meio do seu livro *Os sofrimentos do “homem burguês”* publicado em 2000. Leandro Konder é um daqueles intelectuais brasileiros que apesar de não o desejarem, fazem discípulos. Provavelmente este é o meu caso. O meu contato com o Prof. Leandro Konder sempre ocorre através da sua obra, contemplada em mais de 25 livros e artigos para a imprensa.² Porém, uma única vez, tive oportunidade de ser seu aluno, ainda que na figura de ouvinte, na PUC do Rio de Janeiro quando o Prof. Leandro Konder atuava no Departamento de Educação daquela Universidade. Não obstante a minha idade à época e de já ter passado pela “hierarquia acadêmica”, diante de mim estava um mestre, a relação artífice-aprendiz era o que acontecia. Pensar historicamente era o mote que naquele momento, na PUC, o mestre provocava. Mesmo como ouvinte, fui instado a pensar historicamente *Dom Quixote de La Mancha*. Acredito que aprendi algo com o intento.³ Mas não é desse intento que pretendo dissertar. A pretensão recai sobre a relação

¹ fernando.tenorio@fgv.br

² Acompanhando o pensamento do Prof. Carlos Nelson Coutinho, diríamos que é “extremamente importante [que divulguemos] a obra de Leandro Konder. Essa obra constitui, sem dúvida, um dos capítulos mais significativos da história do marxismo no Brasil; e o marxismo, por sua vez, constitui um capítulo decisivo na história da cultura brasileira no século XX” e entrante XXI (COUTINHO, 2002:15).

³ Uma vez que as aulas que assisti ratificam o comentário do Prof. Francisco Alambert “Nosso filósofo gosta das mensagens cifradas e irônicas, das alegorias e das imagens surpreendentes. O humor suave é companheiro do



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

do “tipo burguês” (ou não seria “pequeno-burguês?”), com o ensino e a prática gerencial através das teorias organizacionais.

Parece ser que os fundamentos epistemológicos das práticas gerenciais, não são outras realidades além daquelas mantenedoras da alienação do trabalhador nas organizações. Embora o pensamento organizacional, portanto as diferentes teorias organizacionais que o compõem, venha ao longo de sua existência procurando caracterizar o trabalhador de distintas maneiras, do especializado (taylorista) ao polivalente (toyotista), passando por outros nominativos como homem econômico, homem social, homem organizacional, homem administrativo, homem funcional, homem complexo, além daqueles mais genéricos como recurso humano, capital humano, capital intelectual e, até, colaborador (sic), a questão central que permeia toda esta discussão e ápodos, é que o trabalhador ao longo da sua existência como assalariado, deixa de ser o sujeito de suas ações para acompanhar o ritmo ditado ora pelas máquinas, não importando se mecânicas ou eletrônicas, ora pelas tecnologias, ora pelos métodos de trabalho advindos das teorias organizacionais. O trabalhador, ao longo do capitalismo, é uma força de trabalho manipulada por diferentes forças produtivas.

É justamente a partir de um dos modismos contemporâneos de classificação do trabalhador – *colaborador* – que algumas questões vêm à mente com a hegemonia de um pensamento dependente do valor de troca no qual o fetiche da mercadoria é a referência para a manutenção dos sistemas sociais organizados. É correto chamar de colaborador alguém que não detém o controle da sua força de trabalho? É preciso denominar uma pessoa de colaborador quando a sua relação com dada organização é subordinada a um contrato? É justo que sob este contrato o colaborador atue sob uma estrutura organizacional que o despersonaliza, identificando-o com um código de barras? É verdadeiro denominar colaborador quando a alienação é legitimada por teorias que são ideologemas das ações gerenciais? Ainda que não finalmente, é correto que este conhecimento legitime cada vez mais o modo excludente que apascentam as atividades nas organizações contemporâneas?

Várias poderão ser as respostas a estas perguntas, desde as produzidas pelas teorias organizacionais àquelas encaminhadas pelas teorias do conhecimento. No primeiro caso, tais teorias nada mais são do que forças produtivas que procuram validar o *modus operandi* das organizações, sob uma racionalidade que instrumentaliza as relações sociais ao invés de aproximá-las de modo cooperativo por meio da razão. Esta perspectiva de como se comporta o pensamento organizacional foi objeto de exposição no Capítulo III deste livro. Sob o ponto de vista da teoria do conhecimento, adotaremos aqui uma posição anti-positivista semelhante àquela do Capítulo II. Na realidade, o que pretendemos nesse Capítulo V é assumir um ponto de vista que, apesar de não-concludente, defende a posição de que o pensamento organizacional no seu todo procura entender os fenômenos organizacionais como isentos de valores, sob a égide de uma ciência que, aqui e alhures, tem pretensões de neutralidade. Isto é, as técnicas gerenciais podem ser aplicadas na China e no Brasil, os seus resultados são previsíveis, o desempenho organizacional é traduzível tanto aqui como em outros lugares.⁴

autor de [Os sofrimentos do “homem burguês”]. “Colegas e alunos corroboram: suas aulas, ainda que tratem dos espinhosos volteios do sistema hegeliano, são divertidíssimas” (ALAMBERT, 2002:115).

⁴ Esta perspectiva de neutralidade das ciências sociais, portanto da Administração, é contraproducente com as suas constituições uma vez que, diferentemente das ciências da natureza, a “cultura se forma por meio da ligação dos fatos a um sistema de valores. Os fenômenos culturais devem a essa ligação valorativa individualizante a significação de um sentido histórico que não pode ser jamais repetido” (HABERMAS, 2009: 12), diferentemente das ciências da natureza que podem estabelecer “categorias de entendimento sob leis universais” (HABERMAS, 2009: 12). Ou seja, as “ciências da cultura já encontram o seu objeto previamente constituído. As significações culturais dos sistemas valorativos empiricamente vigentes provieram de um agir

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

Assim, o livro do Prof. Leandro Konder foi o motivador desta redação uma vez que o “tipo burguês”, no nosso caso o administrador, o dirigente, o gerente e semelhantes, bem como alguns instrutores, pesquisadores, professores e similares, professam e praticam um tipo humano que desde o século XIX vem perfilando o comportamento das pessoas segundo valores de uma classe que prefere mandar a dialogar. Pelo fato dos quadros gerenciais não se assumirem como trabalhadores, como assalariados, tornam-se tipos humanos alienados, uma vez que não têm independência, não têm controle sobre suas ações, são mandatários. O não auto-reconhecimento como assalariado faz com que os tecnoburocratas vivenciem a contradição de não-pertencimento a uma classe, um dos motivos de sua alienação.

Três advertências preliminares aos possíveis leitores deste texto: (1) aqueles que percebem que a sua redação está apoiada “no passado jurássico”, naquilo “que não deu certo” etc., ou melhor, aquelas pessoas que tenham preconceito quanto ao pensamento crítico, não dêem continuidade a leitura, façam melhor uso do seu tempo; (2) a despeito da aproximação que tento fazer ao escrito de Leandro Konder e de outros que servirão de referência a esta pretensão, a responsabilidade de interpretação, de intuição, é exclusivamente do autor na medida em que antes de escrevermos “temos um modo de ser, de perceber o mundo e de nos dispormos a intervir nele” (KONDER, 2000:25); (3) “no final da leitura, poder-se-á verificar que o que [Leandro Konder propõe] é uma superação do homem burguês, para evitar a possibilidade de que esse tipo humano venha a cometer, em breve, uma espécie de suicídio moral” (KONDER, 2000:10). Além desta **1. Introdução**, o presente texto será descrito obedecendo a seguinte estrutura: **2. O tipo burguês**, **3. A epistemologia do tipo burguês**, **4. O mercado como referência**, **5. Conclusão** e **6. Referências**.

2. O tipo burguês⁵

No dizer de Leandro Konder, o burguês é um ideal de “*indivíduos autônomos, empreendedores e competitivos*” (KONDER, 2000:11), é um tipo humano que acontece na sociedade capitalista que vivemos, “é uma figura pioneira, [...] que ao surgir introduz uma inovação significativa na história” (KONDER, 2000:14). Porém, o tipo burguês, tem relação com “um condicionamento promovido, não pela burguesia, diretamente, mas pelo *conjunto da sociedade burguesa*, quer dizer, pelas características do ‘sistema’ social estruturado sob a hegemonia da burguesia” (KONDER, 2000:15, grifos no original). Portanto, “*uma coisa é o burguês, o proprietário dos grandes meios de produção, o industrial, o empresário, o banqueiro, o grande comerciante. Outra coisa é o ‘tipo humano’ que a burguesia, no exercício da sua hegemonia, permite que se desenvolva na sociedade*” (KONDER, 2000:15, grifos no original).⁶ E é justamente deste tipo humano que “pode pura e simplesmente adotar e professar os valores da burguesia, mas também pode tensioná-los, questioná-los, contestá-los, insurgir-se contra eles” (KONDER, 2000:15) do qual desejamos falar. Especificamente, dada a nossa área de estudo,

valorativamente orientado” (HABERMAS, 2009: 15). Portanto, as ciências da cultura “não fornecem nenhuma informação sobre a realidade, [sobre o objeto em estudo] mas produzem enunciados sobre informações que encontram previamente dadas” (HABERMAS, 2009: 19). O que significa também dizer que o “pesquisador das ciências humanas não entra em contato com esses objetos a olhos nus. Ele os introduz inevitavelmente uma vez mais em relações valorativas, nas quais a sua própria conjuntura cultural se acha inserida; portanto, ele precisa mediatizar as ligações valorativas metodologicamente determinantes com as ligações valorativas já realizadas no objeto pré-constituído” (HABERMAS: 2009: 28).

⁵ Outros ensaios, já tornados clássicos, também aproxima-se desta discussão: WHYTE, William H. *The organization man*. Simon and Schuster, 1956; BAUDELLOT, C. et al. *La petite bourgeoisie en France*. Paris: François Maspero, 1974; MILSS, Wright. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976; BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁶ “A burguesia dos países subdesenvolvidos é uma burguesia em espírito” (FANON: 2001:163).

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

a Administração, este tipo humano geralmente aderente aos valores da burguesia, faz parte da tecnoburocracia, é o administrador, o dirigente, o gerente e semelhantes, bem como os análogos acadêmicos. Portanto, o tipo humano do qual falamos vem ocupando posição de mando nas organizações ou profetizam sabedorias de como melhor administrá-las. Por quê?

[Porque desde] que se realizara, historicamente, a divisão social do trabalho, com efeito, desde que apareceram as classes sociais, umas possuindo os meios materiais que lhes permitiam controlar o processo da produção e apropriar-se do produto resultante e outras obrigadas a trabalhar e *diretamente* subordinadas à exigências do sistema produtivo, haviam-se criado condições nas quais os intelectuais *especializados* – os indivíduos tecnicamente capacitados para a elaboração teórica – pertenciam às classes dominantes, quer por nascimento e formação, quer por dependência econômica (KONDER, 1965:92, grifos no original).

O tipo humano que descreveremos pode ser também pequeno – “pequeno-burguês” na medida em que vive uma incompatibilidade, comporta-se como burguês, como dono do capital mas é um assalariado especializado, “cultua a contradição, pois a contradição é a essência do seu ser. Ele é apenas contradição social posta em ação. [...] Ele é ao mesmo tempo burguesia e povo” (MARX, apud KONDER 2000:54). E esta espécie se distingue do burguês porque é “pequeno”, mesquinho, que segundo o *Dicionário Houaiss Eletrônico da Língua Portuguesa* é um adjetivo que caracteriza um tipo demasiadamente agarrado a bens materiais, avaro, sovinha, desprezível, parco, parcimonioso, escasso de recursos, pobre, medíocre, falta de grandeza, de magnanimidade, que demonstra estreiteza de espírito e de visão, insignificante, ordinário e reles. Claro, como diz Konder (2000:53) “cuidado com qualquer generalização que atribua uma ‘fisionomia’ universal à pequena-burguesia”.

Inúmeros fatos costuma ser lembrados para caracterizar a mesquinhez da pequena-burguesia. O pequeno-burguês seria, por excelência, o ser do ressentimento e da inveja, o frustrado, ridículo, ‘condenado’ a uma existência medíocre, vivendo em função da vontade de ser o *outro* (o burguês) (KONDER, 2000:54, grifo no original).

O *show* proporcionado pela pirotecnia das contradições pequeno-burguesas tem tido uma tal visibilidade que contribui, em certa medida, para camuflar a profundidade das contradições do capitalismo (KONDER, 2000:55, grifo no original).

O pequeno-burguês como tecnocrata ou burocrata, utiliza-se da sua expertise (da sua formação ou deformação acadêmica?), da sua produção imaterial⁷, do seu saber utilitarista para inocular vírus no comportamento do burguês. E uma incompatibilidade acentua-se “o homem burguês começa a se deixar impregnar cada vez mais [pelo vírus] que a pequena-burguesia lhe [transmite através de um linguajar] que até Deus duvida”. Portanto, o burguês é “constrangedoramente inoculado, contaminado, por um ‘pequeno-burguesismo’ incômodo, contra o qual na há vacina” (KONDER, 2000:56), mesmo demitindo-o, lá fora a fila é grande. Quais são os elementos que caracterizam o “tipo burguês” e, por via de consequência, o “pequeno-burguês”?

Tais características se manifestam na sociedade capitalista que vivemos cuja categoria fundamental é o valor de troca determinado pelo mercado. Determinação esta assentada em traços culturais que fazem com que os “sujeitos individuais se sentem postos numa arena que os obriga a enfrentar, na luta pela vida, exigências contraditórias” (KONDER, 2000:28). Como seres humanos, como indivíduos, os tecnoburocratas precisam “cultivar relações humanas [...] para tentar superar a solidão, mas também precisam se servir utilitariamente das pessoas, [dos subordinados], manipulando-as, [por meio do seu saber técnico] para alcançar os objetivos [da

⁷ “Nós atravessamos um período em que coexistem muitos modos de produção. O capitalismo moderno, centrado sobre a valorização de grandes massas de capital fixo material, é cada vez mais rapidamente substituído por um capitalismo pós-moderno centrado na valorização de um capital dito imaterial, qualificado também de ‘capital humano’, ‘capital conhecimento’ ou ‘capital inteligência’” (GORZ, 2005:15).

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

organização] que a ideologia dominante [liberalismo econômico]⁸ define como essenciais: ‘vencer na vida’ (KONDER, 2000:28-29), ou impondo a “lei do mais forte”, ou praticando um “darwinismo gerencial”:

Querem ser bons, no entanto precisam aprender a ser maus. Querem ser solidários, mas não conseguem deixar de ser egoístas. Um certo calculismo [estratégia] se infiltra, gélido, até mesmo na cálida intimidade dos afetos. Virtudes e defeitos se confundem. Inteligência e esperteza se transformam em malandragem e matreirice (KONDER, 2000:29).

Um dos “ingredientes” que “fortalece” o agir instrumental do pequeno-burguês é a não compreensão do significado de razão. A razão, desde o Iluminismo, deveria promover o esclarecimento, isto é, compreenderia a capacidade que o ser humano, como ser social, praticasse suas ações sem que as mesmas afetassem o bem-estar do outro. O *alter* seria a referência enquanto agir pensado, meditado. A razão como ato de reflexão, “deve se debruçar autocriticamente sobre si mesma, deve estar permanentemente atenta para não se encastelar em esquemas utilitários” (KONDER, 2000:33) desejando impor a eficiência exclusivamente através do agir instrumental. E o tipo gerencial brasileiro “combina a preservação subterrânea de preconceitos e hábitos um tanto arcaicos com uma forte abertura subjetiva para aceitar ‘novidades’ e para assimilar aspectos de tecnologias muito avançadas” (KONDER, 2000:86) em prol da produtividade. Combinação teórico-tecnológica que procura potencializar a eficiência organizacional objetivando o desempenho no mercado. Como o faz? Ou melhor, qual a base de sua episteme? Qual o pressuposto cognitivo que apóia a transferência e o fazer do pequeno-burguês nas relações produtivas, internas e externas, nas organizações?

3. A epistemologia do tipo burguês

O conteúdo descrito neste item estará, inicialmente, sustentado no livro de Michael Löwy *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. O livro de Löwy, a despeito de outras obras esclarecedoras do assunto, sistematiza de forma precisa e sucinta, como ele propõe, as “visões sociais de mundo”. É justamente esta maneira de ver o mundo, uma concepção de mundo que interessa no presente trabalho, uma vez que uma visão social de mundo “circunscreve um conjunto orgânico, articulado e estruturado de valores, representações, idéias e orientações cognitivas, internamente unificado por uma *perspectiva* determinada, por um certo *ponto de vista* socialmente condicionado” (LOWY, 1994:13, grifos no original). Definição que vem ao encontro do presente texto na medida em que perfila o pequeno-burguês, dada a seguinte configuração:

a) trata-se da visão de mundo social, isto é, de um conjunto relativamente coerente de idéias sobre o homem, a sociedade, a história, e sua relação com a natureza (e não sobre o cosmos ou a natureza enquanto tais); b) esta visão de mundo está ligada a certas posições sociais [...], isto é, aos interesses e à situação de certos grupos e classes sociais” (LÖWY, 1994:13).⁹

⁸ Ou neoliberalismo se assim o desejar o leitor, “ideologia que repousa sobre a idéia de que os mercados livres, o livre-comércio, a iniciativa pessoal e o empreendedorismo [são] os melhores fiadores da liberdade como um todo, e que o ‘Estado-babá’ deve ser destruído para o benefício de todos” (HARVEY, 2010:59). Também não se pode descurar que o conhecimento não é descolado de ideologias e, por sua vez, de processos alienantes. “Na sua história concreta, o conhecimento científico – sob condições de *alienação* criadas pela divisão da sociedade em classes – não se tem desenvolvido de maneira regular, contínua e uniforme, e sim de maneira bastante acidentada. Seria ingenuidade supor que, em cada época, possam ser sempre encontrados, em nítida oposição, de um lado o conhecimento científico e de outro o pensamento comprometido com a *alienação*” (KONDER, 1965: 74, grifos no original).

⁹ O “autor [procura] mostrar que todo conhecimento e interpretação da realidade social estão ligados ao que ele chama de ‘grandes visões sociais de mundo’, ou seja, que a pretensa neutralidade ideológica no trato científico – tão cara à tradição positivista – é uma mera ilusão, mistificação” (BARUCO e CARCANHOLO, 2009: 74).

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

Não obstante a sistematização löwiniana enquanto análise da teoria do conhecimento ser pautada por três posições filosóficas: [1] positivismo, [2] historicismo e [3] marxismo, aqui apenas as duas primeiras abordagens serão objeto de nossa descrição, uma vez que acreditamos que ambas são as referências primordiais nas práticas gerenciais do tipo burguês. Ou seja, entendemos que o positivismo e o historicismo têm sido o norte das teorias e práticas organizacionais ao longo do século XX e do entrante XXI. Assim, o enfoque marxista,¹⁰ bem como a proposição de Löwy de uma *sociologia crítica do conhecimento*, não será objeto de nossa incorporação ao presente texto.

[1] De acordo com Löwy a *visão social de mundo positivista* caracteriza-se por entender as ciências sociais, e a Administração encontra-se neste conjunto, como sendo epistemes neutras que negam as suas origens histórico-sociais. Não cabe dúvida de que a gênese predominante no pensamento organizacional contemporâneo é norteamericocêntrica, portanto datada e concebida segundo parâmetros daquela sociedade.¹¹ E a concepção de mundo positivista é operacionalizada através de um “certo número de premissas”:

1. A sociedade é regida por leis naturais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humanas; na vida social, reina uma harmonia natural.
2. A sociedade pode, portanto, ser epistemologicamente assimilada pela natureza [...] e ser estudada pelos mesmos métodos, [...] e processos empregados pelas ciências da natureza.
3. As ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as prenoções e preconceitos (LOWY, 1994:17).¹²

Assim, o pensamento organizacional desde os seus primórdios e dando um salto a partir de Fredrich Wilson Taylor, de sua administração científica, até a contemporaneidade dita pós-fordista, tem-se pautado, predominantemente, por uma leitura ahistórica, portanto acrítica, dos fatos administrativos e produtivos. O método adventício de produção é incorporado aqui e ali desconsiderando os valores inerentes a quem o elabora e exercita. Além dos valores sócio-históricos condicionadores do conhecimento gerencial, apreciações oriundas de geografias dissimétricas enquanto cultura e diferentes economicamente, sofre daquilo que Guerreiro Ramos, apoiado na fenomenologia hursserliana, denominou de ingênuas¹³ uma vez que

Assume este caráter [o pensamento organizacional] porque se baseia na racionalidade instrumental inerente à ciência social dominante no Ocidente. (...) Nessas circunstâncias, a teoria da organização, tal como é hoje conhecida, é menos convincente do que foi no passado e, mais a-

¹⁰ Alguns estudos prévios aos de M. Löwy a respeito do marxismo como base epistemológica do conhecimento científico, poderão ser encontrados nos seguintes textos: CERUTI, Mauro. “O materialismo dialético e a ciência dos anos 30”. In: HOBBSAWN, Eric. J. *História do marxismo; o marxismo na época da terceira internacional: problemas da cultura e da ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. IX, p. 315-386. GODELIER, Maurice. “O marxismo e as ciências do homem” bem como THERBORN, Göran. “Análise de classe no mundo atual: o marxismo como ciência social” ambos In: HOBBSAWN, Eric. J. *História do marxismo: o marxismo hoje* (1ª parte). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, v. 11, respectivamente pgs. 359-387 e 389-439.

¹¹ Em alguns momentos eurocêntricas, nos anos 90 nipocêntrica, e dada a posição que a China tem ocupado no cenário econômico mundial quem sabe, chinocêntrica.

¹² De acordo com Jürgen Habermas a discussão ciências naturais *versus* ciências da cultura dado a que o positivismo passou a ser dominante: “o dualismo científico que deveria estar fundamentado na lógica da pesquisa é atrofiado segundo os critérios do positivismo” apesar de “todos os cadernos de disciplinas instrumentais sobre esta divisão fática das ciências – ela só é insignificante para os manuais dos positivistas” (HABERMAS, 2009: 9).

¹³ “A palavra ingenuidade é usada aqui no sentido em que a empregou Husserl, que reconheceu que a essência do sucesso tecnológico e econômico das sociedades industriais desenvolvidas tem sido uma consequência da intensiva aplicação das ciências naturais” (RAMOS, 1981:1-2).

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

inda, torna-se pouco prática e inoperante, na medida em que continua a se apoiar em pressupostos ingênuos (RAMOS, 1981:1).

O engajamento da visão de mundo social positivista na área da Administração tem preconizado práticas gerenciais dissociadas da realidade sócio-econômica vivida pelos seus executores notadamente quando a origem deste conhecimento está além fronteiras. O que não significa dizer que devemos desconhecer tais domínios teóricos, ou seja, “jogar a água com a criança dentro da bacia”, longe de xenofobismos. O argumento de Guerreiro Ramos desde *A redução sociológica* (1965), obra seminal neste tipo de questionamento, pressupõe que o conhecimento forâneo seja auxiliar das nossas interpretações. Isto é, a “luz da redução sociológica, toda produção científica estrangeira é, em princípio, subsidiária” (RAMOS, 1965:120). Ainda nas pegadas do pensamento de Edmund Husserl, Guerreiro Ramos acrescenta que é “necessário considerar o eu e os objetos no plano empírico ou no eidético, jamais no plano transcendental. O sujeito [...] é sempre alguém cuja consciência está referida a objetos concretos de uma circunstância determinada” (RAMOS, 1981:120). Portanto as práticas gerenciais ou as suas essências não ocorrem no desabitado, as organizações “habitam” determinados territórios que possuem identidade própria.

A teoria organizacional pode ser estrangeira, porém o seu exercício depende de particularidades alheias a origem desse conhecimento. A interpretação de dada organização, ou de dado fenômeno organizacional, pode ocorrer sob diferentes formas. Cada *nóema* acolhe o ponto de vista, a visão de mundo de quem o utiliza. “*Os ‘nóemas’ não são paradigmas universais e portanto não podem ser transferidos da perspectiva noética em que se dão para outra*” (RAMOS, 1981:122, grifos no original).¹⁴

[2] Por sua vez, a *visão social de mundo historicista* tem sido reproduzida no Brasil através do que se convencionou chamar de Teoria Geral da Administração (TGA). Assim, o conhecimento da Administração como ciência social aplicada foi instado a considerar que há uma “ordem” no estudo das teorias organizacionais. Ordem esta promovida por um “progresso” que vem de Taylor aos nossos dias. Ou como já apontamos em outros textos: do fordismo ao pós-fordismo. Sem entrar nos detalhes e/ou das especificidades das teorias que “caminham” cronologicamente em direção a um incerto futuro, diríamos que esta maneira de enxergar o objeto de estudo, faz com que os pequenos burgueses, relativizem o seu olhar.¹⁵ Como diz Löwy, “ignora-lo, esquivar-se dele, negligenciá-lo ou abstrair-se dele – como ocorre muito frequentemente [com os transferidores e praticantes da Administração] – conduz a soluções metodologicamente superficiais e inconsistentes” (LOWY, 1994:65). Os supostos principais do historicismo são resumidos da seguinte maneira por Michael Löwy:

¹⁴ Helena Hirata ao fazer estudos comparativos entre Brasil e Japão, diz “que não há uma única divisão de trabalho e que a adoção ou a rejeição de práticas de gestão tayloristas depende, além de escolhas puramente tecnológicas, de vários fatores de ordem sociocultural e histórica” (HIRATA, 2002:43).

¹⁵ “Hoje é preponderante a concepção de que as ciências sociais romperam o âmbito de influência hermenêutico das ciências humanas e encontraram uma relação não problemática com a história: as teorias gerais do agir social [como é o caso da TGA] encontram-se em uma relação de esguelha com o contexto histórico tradicional. A Sociologia [porque não a Administração], [...] processa os seus dados sem levar em conta um contexto específico; o valor conjuntural histórico dos dados é desde o princípio neutralizado. Para a [Administração], toda a história se transformou em presente (HABERMAS, 2009: 31). Assim, as “ciências praxiológicas [como é o caso da Administração] destinam-se a produção de técnicas para o [gerenciamento das relações sociais no interior das organizações] do mesmo modo que as ciências naturais produzem técnicas para o domínio da natureza” (HABERMAS, 2009: 33-34).

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

1. Todo fenômeno cultural, social ou político é histórico e não pode ser *compreendido senão através de e na historicidade*.
2. Existem diferenças fundamentais entre os fatos naturais e os fatos históricos e, consequentemente, entre as ciências que os estudam.
3. Não somente o *objeto* da pesquisa está imerso no fluxo da história, mas também o *sujeito*, o próprio pesquisador, sua perspectiva, seu método, seu *ponto de vista* (LÖWY, 1994:65-66, grifos no original).

Mais uma vez, qualquer semelhança com a divulgação dos textos dedicados à cronologia seqüencial que expõem as teorias organizacionais é mera coincidência com esta visão social de mundo. Ainda hoje é comum encontrarmos textos dedicados à divulgação do pensamento organizacional que apregoam este conhecimento sob um fluxo da história que vai do “clássico” taylorismo-fordismo ao toyotismo ou outras novidades bissextas. Tampouco é comum nos depararmos com transferidores que “torcem o nariz” aos “clássicos”, àqueles do início do século XX como se o fordismo, a mcdonalização ou wal-marterização¹⁶ do mundo, via organizações produtivas ou prestadoras de serviço, não fosse uma realidade gerencial fundamentada em Taylor, Ford, Fayol, nos “clássicos”. Se entendemos que autores clássicos, assim como os compositores de música clássica, são referências positivas da cultura humana, então Taylor, Ford, Fayol e outros daquela época, são bons, suas idéias fazem sentido na contemporaneidade. Agora se entendemos o significado de clássico como um fato ou fenômeno ultrapassado, retrogrado, os três autores estão obsoletos, embora neles ainda são fundamentadas a essência da produção corrente.

Apesar de não ser objeto deste texto incorporar a proposta de Michael Löwy de sua *sociologia crítica do conhecimento* vale, pelo menos, deixar ao leitor interessado alguns elementos da proposição do Löwy (1994: 204-205, grifos no original):

O impasse ao qual conduz o mito positivista de uma ciência da sociedade livre de julgamentos de valor e ideologicamente neutra mostra a necessidade de procurar *outra noção* para a construção de um modelo de objetividade científico-social. Em nossa opinião, isto não é possível, senão partindo de certas idéias do historicismo e do marxismo (historicista), e especialmente integrando nele o *momento relativista* (histórico e social) da sociologia do conhecimento como etapa dialética necessária para uma nova concepção do conhecimento objetivo.

O “momento relativista” significa que todo conhecimento da sociedade, da economia, da história, da cultura é relativo a uma certa *perspectiva*, orientada para uma certa visão social de mundo, vinculada ao ponto de vista de uma classe social em um momento histórico determinado. [...] A questão nova, a questão crucial que é necessário propor é, portanto, a seguinte: *qual é o ponto de vista de classe e a visão social de mundo epistemologicamente privilegiados, isto é, relativamente mais propícios ao conhecimento científico das realidade social?* Isso implica, evidentemente, uma mudança na concepção tradicional de ideologias (ou utopias), herdada do positivismo, que não se percebe senão como um fator de desvio, corrupção ou perversão do saber.

Como salientamos acima não ser a nossa intenção descrever o pensamento löwyniano, de sua sociologia crítica do conhecimento, de imediato adiantamos, o que o próprio leitor perceberá, que o personagem do nosso ensaio, o tipo burguês, parece não ser capaz de responder a pergunta de Michael Löwy na medida em que ele não tem consciência a qual classe pertence. Esta alienação pequeno-burguesa aproxima-se a nosso ver de uma combinação da visão de mundo positivista com a historicista, fenômeno epistemológico que tem prevalecido no pensamento organizacional ao longo do século XX e entrante XXI. Combinação referenciada por

¹⁶ Ver respectivamente RITZER, George. *La Mcdonalización de la sociedad: un análisis de la racionalización em la vida cotidiana*. Barcelona: Ariel, 2002. e LICHTENSTEIN, Nelson (coord.) *Wal-Mart: El rostro del capitalismo del siglo XXI*. Madrid: Editorial Popular, 2007.

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

um marco institucional dominante, o mercado, que acompanha os cânones do ainda vigente neoliberalismo econômico.

4. O mercado como referência

Não quer isto dizer que a superficialidade historicista não esteja presente nos postulados taylorista-fordista de produção. A especialização, segundo os critérios tayloristas, não guarda nenhuma correspondência com a realidade das organizações. O trabalhador como ser social atua sob um plexo de relações sociais e econômicas que não o divisam isoladamente. Quer no interior das organizações, quer no contexto que a cerca, o trabalhador, o assalariado, participa, como mínimo, de uma divisão de trabalho que lhe atribui tarefas complementares a de outros. Produção e venda, por exemplo, não são processos isolados o que justifica que as categorias e indicadores que fomentam a divisão do trabalho e a performance dessa divisão, não são categorias e indicadores acidentais, aleatórios. São processos planejados segundo determinantes competitivos ou normatizados de acordo com institutos alheios à decisão de quem os pratica, tem origem no mercado.

O relativismo histórico praticado pela pequena burguesia nos sistemas organizacionais, é interpretação de superfície porque não percebe a essência da organização econômica da sociedade. Essência que privilegia a competição, o quantitativo, ao invés da solidariedade, da qualidade. Mesmo quando utiliza jargões como “qualidade total”, o pensamento organizacional de orientação historicista o faz por alto uma vez que não é a totalidade dialética a pressuposta, mas sim a totalidade da mais valia, do lucro. Logo, as teorias organizacionais têm suas formulações socialmente condicionadas porque procuram, antes de mais nada, atender à influência preponderante na sociedade, a forma como a sociedade está economicamente organizada. O trabalhador, dado esta superficialidade epistemológica promovida pelo historicismo do pensamento organizacional – homem econômico, homem social, homem organizacional, homem administrativo, homem funcional, homem complexo, homem multifuncional etc. –¹⁷ é um epifenômeno, um acessório de um processo produtivo, que de “extensão” da automação rígida (mecânica) – vinculada aos parâmetros da sociedade industrial, passou a ser um “ramal” da automação flexível (eletrônica)¹⁸ – subordinados aos princípios da sociedade pós-industrial ou seja, lógicas assentadas exclusivamente em pressupostos técnico-científicos.

A competição interna ocorre através de mecanismos de controle de desempenho que atendam aos indicadores pré-fixados pela pequena burguesia. Os registros do desempenho do trabalhador fabril e/ou de serviços são feitos por meio de fichas e no caso dos trabalhadores do ensino, no Brasil, pelo *curriculum Lattes*, registros que assentam o histórico das tarefas executadas. Compilados os resultados, os mesmos serão divulgados, a fim de permitir que o quadro funcional do sistema tome conhecimento de quem tem o melhor desempenho, quem produz mais, quem alcançou maior pontuação.

Esta forma de publicidade – desnecessário dizer – não permite apenas um controle dos outros sobre si, mas sobretudo um autocontrole bem administrado, a fim de escapar à imputação de responsabilidade pela diminuição da cota coletiva da célula [da Instituição de Ensino Superior - IES] aos olhos dos colegas (para não falar da gerência), [da congregação, dos diretores, dos chefes de departamento] (MELO E SILVA, 2004:23).

¹⁷ Referências encontradas nos livros de TGA e assemelhados.

¹⁸ “A sociedade de consumo é, também, a sociedade tecnológica, e é a tecnologia, mais que a mercadoria, o que questiona radicalmente as concepções tradicionais, humanistas, acerca da subjetividade e do humano: a nova concepção nos leva a repensar a ‘alma’ humana. Da a promiscuidade entre o homem e a máquina, onde termina o humano, onde começa a máquina? No limite, a presença dos ciborgues (e a dos ‘robôs’ inteligentes), por exemplo, nos incita a perguntar menos sobre a natureza das máquinas e mais sobre a do humano” (MATOS, 2010:94).

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

Quanto à lógica externa, a disputa por melhor mercado ocorre entre as empresas (entre programas de ensino) através da ideologia do empreendedorismo fomentando não só a competição entre organizações, também entre os membros de uma mesma organização, quer entre grupos ou individualmente. Em alguns casos a competição é tão acirrada que o professor não mais tem responsabilidade por determinada disciplina, mas sim por “produtos acadêmicos”. Neste caso o professor, a semelhança de um vendedor, compete com outros professores na captação de alunos para sua matéria correndo o risco, caso não o consiga, de manter-se no “mercado de trabalho”.

O que está na base do comportamento [da] competição e de sua tendência subjacente de fragmentação – em vez de solidariedade – do coletivo [dos assalariados] é a insegurança representada pelo mercado de trabalho. Sobretudo se si trata de trabalhadores mais idosos, cuja chance de encontrar uma recolocação é sempre menor do que entre os mais jovens. Os administradores, executivos e gerentes de fábricas sabem muito bem disso e utilizam esse dado estrutural como uma forma de docilização dos conflitos entre capital e trabalho que emergem no interior das empresas (MELLO E SILVA, 2004:25).

Dado que o mercado é a referência mor do pensamento organizacional e, por conseguinte, das decisões gerenciais, o conflito trabalho-capital acentua-se na medida em que o sujeito do processo não é o assalariado, o trabalhador, mas sim um sujeito onipresente cuja “mão invisível” controla o fazer humano. A sociedade, a totalidade, não é o determinante das decisões tomadas no interior das organizações, o *business*, o negócio é o que importa. A contribuição do trabalhador não é qualificada pelo seu desempenho enquanto pessoa humana em relação a outras, mas como insumo que deverá atender às exigências do cliente, interno e externo. Neste tipo de relação social

[o] sujeito não se pergunta se ele de fato existe, como Descartes (1596-1650) chegou a indagar sobre si mesmo. O que ele pergunta é se determinada conjuntura do mercado é favorável a um bom negócio. O mercado, posto no centro da dinâmica da sociedade, cobra das pessoas que desenvolvam o espírito competitivo, tomem iniciativas, façam escolhas rápidas, movam-se em ritmos que podem se tornar vertiginosos. Vivemos como se estivéssemos em guerra (KONDER, 2010: 21).

[Pois, quando] olhamos em volta, vemos objetos (mercadorias) em movimento, porém não enxergamos o movimento dos sujeitos que se ocultam por trás dos objetos, no mercado. Isso é resultado da alienação (KONDER, 2010: 27).¹⁹

E nesta guerra de ocupação funcional²⁰ no interior das organizações, uns e outros se imaginam independentes, autônomos, dotados da faculdade de determinar as suas atitudes sem im-

¹⁹ De acordo ainda com Leandro Konder, o processo de alienação no trabalho foi sendo gestado por vários motivos ao longo dos séculos como o foram o fato de os trabalhadores não serem os donos do que produziam; depois “porque as condições de trabalho que lhes eram impostas (a princípio por coação direta, sob a escravidão e, depois, por coação indireta, através do monopólio dos meios de produção pelos senhores feudais e pelos burgueses [...]; [depois], “ainda, porque os trabalhadores, desde criança, eram educados sob a pressão deformadora e *alienadora* das instituições mantidas pelas classes dominantes (ais quais, possuindo o poder material, possuíam igualmente o poder espiritual, e dele se serviam para impor os seus *valores* a toda a sociedade)” (KONDER, 1965:94, grifos no original). Poucas alterações foram feitas na contemporaneidade.

²⁰ “Chamo de *funcional* uma conduta que é racionalmente adaptada a um fim, independentemente da intenção que tem o agente de perseguir essa finalidade que, na prática, ele nem mesmo conhece. A *funcionalidade* é uma racionalidade *externa* trazida a uma conduta predeterminada e prescrita ao ator pela organização que o envolve. Tal conduta é a *função* que tem a desempenhar, sem discutir seus objetivos. Quanto mais ela se desenvolve, mais a organização tende a funcionar como uma máquina” (GORZ, 2007: 39). Por sua vez, ainda segundo Gorz (2007: 49, grifos no original), a tão desejada integração funcional dos indivíduos nas organizações “exclui sua integração social: a predeterminação funcional de suas relações os impedirá de tecer elos recíprocos fundados sobre a cooperação que visa a finalidades compartilhadas conforme critérios compartilhados. Ela impedirá que vivam a execução de sua tarefa como cooperação e pertencimento a um grupo. Sua ‘solidariedade orgânica’ (o próprio Durkheim reconheceu-o) não existe como uma relação vivida



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

posições de outrem, pensando usufruir liberdade frente aos mandos superiores da organização, lógica cujos fundamentos “solicitam” do tipo burguês a consecução de metas, criatividade, empreendedorismo, iniciativa, inovação, mudanças, riscos. Uma plêiade, uma constelação dialética de estimulantes expressões objetivando melhorar a “performance” do pequeno-burguês em comparação com os demais pequenos burgueses. No entanto, este é um raciocínio

de uma economia que gira, de modo cada vez mais exclusivo, em torno do mercado [exasperando] o exercício de uma autonomia ilusória por parte dos indivíduos. O eu é simultaneamente afagado e enfraquecido. Seu poder é exaltado, sua independência é proclamada e, no entanto, ele vai se tornando cada vez mais disponível para aceitar um comando externo, que acarreta uma insensibilização da consciência moral e da responsabilidade social (KONDER, 2010:79).

O nosso contemporâneo tipo burguês é um *homo resignatus* (BENSAÏD, 2008) é dócil, suporta tudo sem se revoltar, sempre moderno, uma vez que é enfeitiçado pelas mais recentes tecnologias disponíveis para estar “integrado” ao mundo globalizado assim como subordina as suas decisões ao positivismo divulgado pelos “gurus” da Administração. Como o nosso hodierno e resignado tipo burguês é reconhecido?

Por seus joelhos esfolados de tantas ajoelhações e genuflexões diante dos novos fetiches e dos velhos ídolos! Por suas costas curvas de tantos sapos engolidos e reverências vergadas diante do altar dos mercados! Por seu sangue gelado e por sua impassibilidade anfíbia diante da ordem impiedosa das coisas! Por sua soberba indiferença, de tantos acomodamentos e tantas renúncias consentidas! (BENSAÏD, 2008:97).

Essa aceitação do comando externo é estimulada, ainda mais, através de processos ensino-aprendizagem que acompanham os valores de um “capitalismo acadêmico” e/ou “empresarialismo educacional” (RHOADES e SLAUGHTER, 2009). Valores assentados no comportamento de mercado uma vez que as instituições de ensino têm sido administradas seguindo a lógica de um regime acadêmico que relaciona “conhecimento/aprendizagem/consumo [objetivando criar] “fontes potenciais de rendimento” (RHOADES e SLAUGHTER, 2009: 8-9).²¹

Ainda que o texto de Gary Rhoades e Sheila Slaughter faça referência a experiência acadêmica norte-americana, no Brasil o fenômeno do capitalismo acadêmico é uma realidade não só observada nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas como nas públicas. Enquanto algumas IES privadas já têm o seu capital negociado em bolsa de valores, nas instituições públicas as receitas adicionais ao orçamento público contribuiriam para melhorar a infraestrutura da universidade assim como melhorar os ganhos salariais do seu quadro docente.

Os institutos e as universidades [...] desenvolvem, comercializam e vendem, atualmente, uma vasta gama de produtos comercializados no setor privado como *fonte básica de rendimento*. Isto vai muito além do consumo de produtos não-acadêmicos (tais como *t-shirts*, logotipos, etc.). Hoje em dia, *as instituições de ensino superior procuram obter rendimentos a partir dos seus centros de ensino, de pesquisa e serviços*, abrangendo um vasto leque, desde a produção de conhecimento” a patentes, consultorias e venda de material didático (RHOADES e SLAUGHTER, 2009:8-9, grifos no original).

para eles, mas para apenas o observador externo que crê perceber uma colaboração autoregulada ali onde, na realidade, há uma organização de tipo militar, por pré-recortes de tarefas complementares”.

²¹ “O conhecimento técnico-científico não apenas está *do lado* do capital como dominação e subsunção do trabalho vivo pela maquinaria; ele faz parte do capital fixo como meio de extorsão do sobretrabalho. Seus detentores, os [pequenos-burgueses], estão expressamente e ideologicamente no campo dos proprietários do capital. Eles são os ‘quadros’ investidos do poder de comando; eles representam o patronato, oferecem soluções para gestão e para a valorização do capital fixo” (GORZ, 2007:34).



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

Portanto, o tipo burguês tem o seu aprendizado formatado segundo os parâmetros do capitalismo acadêmico, do treinamento para o mercado e de acordo com critérios que ampliem a margem de rendimento da IES. Tanto o é que ainda não nos desvencilhamos, no caso brasileiro, da seguinte discussão: o significado dos mestrados profissionalizantes. Debate este que questiona até a qualidade do conteúdo ministrado nesses mestrados uma vez que é dispensável o aprender a escrever cientificamente – dissertar, substituído por um artigo ou projeto que atenda às necessidades do mercado ou, quando é o caso, de quem financiou o curso. O debate subjacente ao anterior diz respeito ao fato de, inicialmente, os mestrados profissionalizantes habilitarem os seus concluintes a atenderem às necessidades da “mão invisível” e não àquelas acadêmicas, uma vez que o mestre acadêmico estaria dedicado ao ensino e, posteriormente, com o doutorado, à pesquisa.

Porém, a confusão persiste não só porque tanto um como outro – profissionalizante e acadêmico – são objeto do mesmo tipo de referência, o mercado, como aqueles que optam pelo primeiro – profissionalizante, alegam que o fazem para, no futuro, “entrarem para a vida acadêmica uma vez que já estão cansados do mercado”. Crise à frente caso os “mestres profissionais” reflitam sobre a sua nova experiência pois verificarão que na academia as demandas por resultados são tão ou mais exigentes do que aquelas do mercado. Enquanto neste os seus resultados são originados por meio de uma produtividade compartilhada com o coletivo de trabalhadores, na instituição de ensino a sua produtividade é de sua inteira responsabilidade, mesmo que atuando com um “time” de pesquisadores, a responsabilidade de coordenação e/ou organização será sob o seu nome divulgado. Com as exceções das IES públicas, em que a não consecução de pontos (resultados) pode, no máximo, colocar o professor no ostracismo, nas IES privadas sua adequação a esses critérios de desempenho pode significar a sua permanência, o seu emprego.

Acresce-se a isso o fato do ensino sofrer também de uma crise silenciosa: “a crise mundial em matéria de educação” (NUSSBAUM, 2010:20), uma verdadeira “desumanização” no conteúdo curricular no processo ensino-aprendizagem. O fenômeno dessa desumanização ocorre pela crescente substituição das ciências humanas por aqueles conhecimentos dedicados a instrumentalizar o alunado levando em consideração os parâmetros do mercado, exclusivamente o lucro, contrariando os critérios utilitaristas adotados no século XIX.

No século XIX, o período do capitalismo liberal, ela [a universidade] procurava formar um tipo de “homem” que se caracterizava por um comportamento autônomo, exigido por suas funções sociais: era a universidade liberal humanista e mandarinesca. Hoje, ela forma a mão-de-obra destinada a manter nas fábricas o despotismo do capital; nos institutos de pesquisa, cria aqueles que deformam dados econômicos em detrimento dos assalariados; nas escolas de direito, forma os aplicados de legislação de exceção; nas escolas de medicina, aqueles que irão convertê-la numa medicina do capital ou utilizá-la repressivamente contra os deserdados do sistema. Em suma, trata-se de “um complô de belas almas” recheadas de títulos acadêmicos, de doutorismo substituindo o bacharelismo, de uma nova pedantocracia, da produção de um saber a serviço do poder, seja ele de que espécie for.

[...]

Na universidade mandarinal do século passado, o professor cumpria a função de “cão de guarda” do sistema: produtor e reproduzidor da ideologia dominante, chefe de disciplina do estudante. Cabia à função professoral, acima de tudo, inculcar as normas de passividade, subserviência e docilidade, através da repressão pedagógica, formando mão-de-obra para um sistema fundado na desigualdade social, a qual acreditava legitimar-se através da desigualdade de rendimento escolar; enfim, a escola “escolhia” pedagogicamente os “escolhidos” socialmente.

A transformação do professor “cão de guarda” em “cão pastor” acompanha a passagem da universidade pretensamente humanística e mandarinesca à universidade tecnocrática, na qual os critérios lucrativos da empresa privada funcionarão para a formação das fornadas de “colarinhos brancos” rumo às usinas,

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

aos escritórios e às dependências ministeriais. É o mito da assessoria, do posto público, que mobiliza o diplomado universitário (TRAGTENBERG, 2004:12-13).

Nas IES dedicadas ao ensino da Administração e congêneres, como seria o caso da Engenharia da Produção, as bases curriculares preconizam disciplinas que promovem o “meio” (estatística, estratégia, finanças, informática, marketing, produção etc.) em detrimento de uma relação sustentável entre as organizações e a sociedade. Mesmo quando são apresentados temas como responsabilidade social, na maioria das vezes são referidos como uma estratégia para estar no mercado e não para promover o bem-estar da sociedade. Tal fenômeno, tal desumanização, não tem contribuído para o significado de uma cidadania plena nem, tampouco, de promoção da democratização nas relações de produção. Acresce-se a essa relação curricular interna às organizações – instrumentalização – àquelas externas à sociedade – alienação – como um todo uma vez que se

[...] estão produzindo mudanças drásticas naquilo que as sociedades ensinam aos seus jovens, porém se trata de mudanças que ainda não foram submetidos a uma análise mais profunda. Sedentos de dinheiro, os Estados nacionais e seus sistemas de ensino estão descartando, sem avisar, certas [disciplinas] que são necessárias para manter viva a democracia. Se esta tendência se prolonga, as nações de todo o mundo em breve produzirão gerações de máquinas utilitárias, no lugar de cidadãos capacitados para pensar por si próprios, possuir uma visão crítica [...] e compreender a importância [ou não] dos resultados alcançados [...]. O futuro da democracia em escala mundial pende por um fio (NUSSBAUM, 2010:20).

O pensar crítico, que desde o século XVIII tem sido o garantidor de um pensar voltado à emancipação do homem à democratização de suas relações, é observado nas IES dedicadas aos negócios, no máximo, como enfeites, ou quando muito, ornamentos de um saber supérfluo. Na realidade, o saber produzido e reproduzido nessas instituições não passa de operações matemáticas, do ensino de instrumentos, de meios, para instigar o consumo muitas vezes desnecessário, inútil.²² Conhecimentos antitéticos, reflexivos às exigências do mercado não contribuem, para o empresalimento de mercado, como estímulo para relação produção-consumo, são “descartáveis”, jargão típico da “lei da oferta e da procura”.

O problema significativo a ser colocado é o nível de responsabilidade social dos professores e pesquisadores universitários. A não-preocupação com as finalidades sociais do conhecimento produzido se constitui em fator de “delinqüência acadêmica” ou de “traição intelectual”. [...] A delinqüência acadêmica caracteriza-se pela existência de estruturas de ensino em que os meios (técnicas) se tornam fins, os fins formativos são esquecidos; a criação do conhecimento e sua reprodução cedem lugar ao controle burocrático [da IES e do sistema educacional] (TRAGTENBERG, 2004: 16-18, grifos do autor).

Parece ser que as mudanças que vêm acontecendo no mundo sob o ponto de vista ambiental, cultural, político e social, não fazem parte de análises criteriosas no capitalismo acadêmico. Movimentos sociais e/ou políticos têm adotado posições de rechaço ante à hegemonia liberal-econômica, ante ao mercado excludente, mas as instituições de ensino, particularmente aquelas dedicadas à gestão, mantêm o seu *curriculum* como se tais resistências não existissem, como se práticas republicanas não fizessem parte da sua racionalidade. No dizer de David Harvey (2010: 73):

A atual população de acadêmicos, intelectuais e especialistas em ciências sociais e humanidades é, em geral, mal equipada para realizar a tarefa coletiva de revolucionar as nossas estruturas de conhecimento. Eles foram, de fato, profundamente implicados na construção dos novos sistemas de governabilidade

²² “As empresas, na competitividade travada entre elas, visando reduzir o tempo entre produção e consumo, incentivam ao limite essa tendência restritiva do valor de uso das mercadorias. Precisando acompanhar a competitividade existente em seu ramo produtivo, os capitais desencadeiam uma lógica que se intensifica crescentemente, da qual a ‘qualidade total’ é um mecanismo intrínseco e funcional. Com a redução dos ciclos de vida útil dos produtos, os capitais não têm outra opção, para sua sobrevivência, senão ‘inovar’ ou correr o risco de serem ultrapassados pelas empresas concorrentes (...)” (ANTUNES, 2005:43).

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

neoliberal que contornam questões ligadas à legitimidade e democracia e promovem os mesmos cursos inúteis sobre a teoria política da escolha racional ou economia neoclássica, como se nada tivesse acontecido e as faculdades de administração adicionam um curso ou dois sobre ética dos negócios ou sobre como ganhar dinheiro a partir da falência de outras pessoas.

5. Conclusão

Poucas são as pretensões autorais que têm a capacidade de redigir os seus escritos sem “costuras”, isto é, sem idéias e citações de outros autores mesmo porque, nos “arquivos” da memória dos “autores originais” outros o antecederam. E no presente texto, mais uma vez, não nos eximimos do ato de costurar. E esta costura foi feita a partir de uma idéia central: o tipo burguês. Indivíduos que não sendo dono do capital, são travestidos pelos sistemas de ensino como se o fosse. Ocupando cargos de mandos, mesmo que no nível operacional das organizações, assumem ou destilam comportamentos como se burguês o fora. Inclusive, reproduzem os tiques, os cacoetes da burguesia, quer no consumo, quer nas atitudes perante os outros. Na posição de mando – chefe, diretor, executivo, gerente, superintendente, supervisor e quejandos, o tipo burguês ou pequeno-burguês apoiado (ou usando como tipóia?), uma fundamentação epistemológica ora positivista ora historicista, ou na combinação dos dois, toma ou executa decisões em prol do mercado à revelia da sociedade. A sociedade de totalidade histórica passa a ser uma parte, um enclave do mercado. Mercado que determina todo o comportamento imitativo de uma classe, a burguesia.

Os fundamentos epistemológicos adotados e transmitidos através das teorias organizacionais, não são capazes de auto-identificar o pequeno-burguês como trabalhador, como um contratado, como alguém que vende a sua força de trabalho a outrem, seja ao capital, ao Estado ou a qualquer tipo de sistema socialmente organizado.²³ O cumprimento de metas, de resultados, de melhoria da produtividade, não é mais privilégio dos sistemas organizacionais dedicados ao mercado, o valor de uso também faz parte da cultura gerencial daquelas instituições originalmente destinadas ao ensino e à pesquisa, ou seja, reproduzem o tipo burguês também nesses espaços.

Finalmente, àqueles leitores que não deram atenção à primeira advertência escrita no último parágrafo da Introdução, alertamos, mais uma vez, que a narração foi intencional. Propositamente começamos este ensaio com o pensador marxista Leandro Konder e mantivemos, aqui e ali, elementos de análise marxista como fundamento do nosso intento, haja vista a transcrição que fizemos de outro divulgador do pensamento de Karl Marx, Michael Löwy. E para concluí-lo, novamente recorreremos a Leandro Konder quando no último capítulo de *Os sofrimentos do “homem burguês”* sentencia:

Mesmo que admitamos, constrangidos, com algum dano para a nossa auto-estima que o *homem burguês*, em grande medida, *somos nós* (com um realismo que contribui para não nos idealizarmos a nós mesmos), temos o consolo de saber que, ao radicalizarmos nossa crítica aos aspectos mais insatisfatórios de ‘tipo humano’ e ao sistema que o condiciona, estaremos de algum modo encaminhando sua superação possível e ajudando a engendrar, dentro dos limites que nos são impostos, elementos significativos do novo ‘tipo humano’ que deverá ocupar mais tarde o seu lugar (KONDER, 2000:104).²⁴

²³ A “contradição fundamental do capitalismo, qualquer que seja a sua forma de manifestação histórica, e quaisquer que sejam as contradições adicionais que ele crie, continua sendo aquela expressa na própria fundação do capital, a distinta posição que existe na compra da força de trabalho entre os que vendem para comprar e, portanto, vivem do fruto de seu trabalho, e os que compram para vender, vivem do fruto do trabalho alheio” (BARUCO e CARCANHOLO, 2009:91).

²⁴ Certa vez fui orientado no sentido de não terminar a conclusão de um texto usando citações. Entendi, se é que estava certo, que esta seria uma maneira de o autor, do texto, tornar mais explícita a sua posição, pontuar

6. Referências

- ALAMBERT, Francisco. Melancolia e humor ou o fantástico revitalizador da dialética. In: PINASSI, Maria Orlanda (org.). *Leandro Konder: a revanche da dialética*. São Paulo: Editora Boitempo: Editora UNESP, 2002, p. 115-125.
- ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BARUCO, Gisela Cristina da C. e CARCANHOLO, Marcelo Dias. As aventuras de Karl Marx contra a pulverização pós-moderna das resistências ao capital. In: *Margem Esquerda* São Paulo: Boitempo, mai./2009, v. 13, p. 74-91.
- BENSAÏD, Daniel. *Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Um filósofo democrático. In: PINASSI, Maria Orlanda (org.). *Leandro Konder: a revanche da dialética*. São Paulo: Editora Boitempo: Editora UNESP, 2002, p. 15-28.
- FANON, Frantz. *Los condenados de la tierra*. 3ª ed. México: FCE, 2001.
- GORZ, André. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2007.
- HABERMAS, Jürgen. *A lógica das ciências sociais*. Petrópolis, Vozes, 2009.
- HARVEY, David. “Organizando para a transição anticapitalista”. In: *Margem esquerda: ensaios marxistas*. São Paulo: Boitempo, v. 15, Nov./2010, p. 57-80.
- HIRATA, Helena Sumiko *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- INSTITUTO ANTONIO HOUAISS *Dicionário Houaiss eletrônico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.
- KONDER, Leandro. *Marxismo e alienação*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.
- *Os sofrimentos do “homem burguês”*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1994.
- MATOS, Olgária C. F. *Benjaminianas: cultura capitalista e fetichismo contemporâneo*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- MELLO E SILVA, Leonardo. *Trabalho em grupo e sociabilidade privada*. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Editora 34, 2004.
- NUSSBAUM, Martha C. *Sin fines de lucro. Por qué la democracia necesita de las humanidades*. Madrid, Katz, 2010.

o seu entendimento sobre o assunto. Porém, no presente ensaio, além do intento de ser interpretativo de um tipo de comportamento comum aos nossos dias, o tipo burguês manifestado na nossa sociedade burocratizada, o identifico também como uma homenagem a um dos autores mais prolíficos na intelectualidade brasileira, Leandro Konder.



II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2012)

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A nova ciências das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getulio Vargas, 1981.

----- *A redução sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

RHOADES, Gary; SLAUGHTER, Sheila. O capitalismo acadêmico na nova economia: escolha e desafios. In: PARASKEVA, João M. (Org.). *Capitalismo acadêmico*. Mangualde (PT): Pedago, 2009.

TRAGTENBERG, Maurício. *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.